DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, ***Quarta-Feira****, 13 de agosto de 2025 | edição nº 1339*

R$ 2,50

LULA DIZ QUE FINALIZA NESTA QUARTA (13) PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DE BIG TECHS APÓS VÍDEO DE FELCA

O presidente Lula (PT) afirmou que irá finalizar na quarta-feira (13) um projeto que regulamenta as redes sociais no Brasil.

"Nós vamos regulamentar porque é preciso criar o mínimo de comportamento no funcionamento de uma rede digital que fala com criança, com velho e na maioria das vezes ninguém assume a responsabilidade", disse Lula.

As declarações foram dadas em entrevista à Bandnews após a repercussão de vídeo do influenciador digital Felca que criticava a exploração e sexualização de crianças e adolescentes nas redes sociais.

"Nós já estamos regulamentando. A novidade é que isso já está há dois meses na Casa Civil, porque tem divergências, e essas coisas. Amanhã às 15h estarão na minha mesa para dirimir as divergências existentes entre os ministros e mandar isso para o Congresso Nacional", afirmou.

O petista relembrou da fala da primeira-dama, Janja, ao líder da China, Xi Jinping, sobre a regulamentação das redes. Na época, a primeira-dama foi acusada de gerar mal-estar no jantar ao mencionar o TitkTok, uma rede chinesa.

"Na época, ela foi achincalhada por algumas pessoas e hoje está provado que ela estava certa. A partir de amanhã a gente vai ter o texto final aprovado pelo presidente da República e ir para o Congresso".

O presidente negou ter havido mal-estar após a fala de Janja ao líder chinês. "Só houve [mal-estar] na boca de quem interpretou", disse ele. "Janja pediu a mim para falar, e eu, como bom marido, deixei ela falar."

"Ela falou aquilo que ela pensava e aquilo que ela vem falando. Eu tenho ouvido várias conversas da Janja no telefone com mães que colocam suas filhas nas redes digital, fazendo propaganda da filha, para tomar cuidado, porque o algoritmo pode ser usado por pedófilos", afirmou o presidente.

Mariana Brasil/Folhapress

DESTAQUES DO DIA

Inflação fica em 0,26% em julho e vem abaixo das projeções

Setor da construção vê risco em mudanças no crédito imobiliário e prega cautela

Preços de café, carne e frutas têm queda no Brasil antes de tarifaço de Trump

Plano de contingência contra tarifaço será anunciado nesta quarta-feira, diz Haddad

Atuação de Eduardo Bolsonaro no exterior põe crime militar sob discussão

NO MUNDO

Hamas está a caminho do Egito para discutir negociações de cessar-fogo

Uma delegação do Hamas está a caminho do Cairo, no Egito, para discutir as negociações de cessar-fogo, segundo três fontes do grupo palestino.

Esse encontro acontece como parte de um novo impulso para um acordo que possa encerrar quase a guerra na Faixa de Gaza, que já dura quase dois anos.

O convite para as discussões veio de autoridades de inteligência egípcias, segundo uma das fontes.

A chegada da delegação à capital Cairo ocorre após o enviado dos EUA, Steve Witkoff, se reunir com autoridades do Catar na Espanha no fim de semana para discutir a possibilidade de um acordo abrangente que garanta a libertação dos 50 reféns restantes, encerre a guerra e resolva a situação humanitária em Gaza, segundo fontes. Um israelense com conhecimento das rodadas anteriores de negociações não quis comentar sobre a reunião.

A última discussão terminou em 24 de julho, quando os Estados Unidos retiraram a equipe de negociação da capital Doha e acusaram o Hamas de não "agir de boa-fé", segundo Witkoff na época.

A retirada surpresa dos EUA, que foi rapidamente seguida por Israel, frustrou as esperanças de um cessar-fogo iminente, mesmo depois que as partes negociadoras expressaram considerável otimismo em relação às negociações.

A guerra na Faixa de Gaza começou em 7 outubro de 2023, depois que o Hamas lançou um ataque terrorista contra Israel.

Combatentes do grupo radical palestino mataram 1.200 pessoas e sequestraram 251 reféns naquele dia.

Então, tropas israelenses deram início a uma grande ofensiva com bombardeios e por terra para tentar recuperar os reféns e acabar com o comando do Hamas. CNN

Sofrimento em Gaza atingiu níveis inimagináveis, alertam países e UE

Reino Unido, Canadá, Austrália e outros aliados disseram nesta terça-feira (12) que a crise humanitária na Faixa de Gaza atingiu "níveis inimagináveis" e pediram a Israel que permita a entrada de ajuda no território palestino.

"A fome está se desenrolando diante de nossos olhos. É necessária uma ação urgente agora para deter e reverter a fome", alertaram os ministros das Relações Exteriores dos países em uma declaração conjunta publicada pelo Reino Unido.

"Pedimos ao governo de Israel que autorize todas as remessas de ajuda de ONGs internacionais e que desbloqueie a operação de agentes humanitários essenciais", acrescentaram.

A nota foi assinada por 27 parceiros, incluindo Reino Unido, Austrália, Canadá, França, Japão e União Europeia. CNN

Trump pode assumir controle de Washington para combater crime? Entenda

O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou repetidamente colocar a capital americana Washington D.C. sob controle federal total para reduzir a criminalidade, mesmo com autoridades municipais enfatizando que a criminalidade já está caindo.

Embora Trump tenha alguma autoridade sobre a força policial da capital e os soldados da Guarda Nacional, uma tomada de poder federal completa provavelmente seria bloqueada na justiça. Eis o porquê.

A Constituição dos EUA, ratificada em 1787, previu a criação de um distrito da capital federal para servir como sede permanente do governo.

A Constituição deixou claro que o Congresso tem total autoridade legislativa sobre o distrito. Mas, historicamente, o Congresso delegou pelo menos parte do trabalho diário do governo municipal a outras entidades.

Uma lei federal aprovada pelo Congresso em 1973, conhecida como Home Rule Act, permitiu que os moradores da cidade elegessem um prefeito e um conselho, que têm alguma autonomia para aprovar suas próprias leis.

No entanto, o Congresso ainda tem supervisão orçamentária sobre o Distrito de Columbia e pode anular a legislação local. O Congresso fez isso mais recentemente em 2023, votando para anular mudanças nas leis de Washington que reduziam as penas para alguns crimes.

A prefeita democrata de Washington, Muriel Bowser, tem autoridade sobre o Departamento de Polícia Metropolitana da cidade. Mas a Lei de Autonomia permite que o presidente assuma o controle do Departamento de Polícia Metropolitana para fins federais durante emergências, caso existam "condições especiais de natureza emergencial". CNN

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

ECONOMIA

Inflação fica em 0,26% em julho e vem abaixo das projeções

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acelerou menos do que o previsto por economistas em julho.

A alta foi de 0,26% no mês passado, após variação de 0,24% em junho, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (12) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O novo resultado ficou abaixo do piso das projeções do mercado financeiro. A mediana das expectativas era de 0,36%, com intervalo de 0,30% a 0,39%.

A taxa de 0,26% é a menor para julho desde 2023 (0,12%). Analistas apontam surpresas em diferentes componentes do IPCA, como alimentos e bens industriais, que registraram números inferiores ao cenário esperado.

O grupo alimentação e bebidas voltou a aliviar o IPCA, mostrando a segunda queda consecutiva.

A redução dos preços do segmento em julho (-0,27%) foi mais intensa do que a verificada em junho (-0,18%). De maneira geral, o IBGE associou a baixa à ampliação da oferta de produtos com novas safras.

A conta de luz, por outro lado, aumentou 3,04% no mês passado. Assim, exerceu a principal pressão individual sobre o índice (0,12 ponto percentual).

Com os dados de julho, o IPCA desacelerou a 5,23% no acumulado de 12 meses. A taxa era de 5,35% até junho, quando o indicador confirmou o primeiro estouro da meta contínua de inflação desde que o modelo entrou em vigor no país, em janeiro.

Nesse sistema, perseguido pelo BC (Banco Central), o alvo é desobedecido quando o IPCA acumulado permanece por seis meses consecutivos de divulgação fora do intervalo de tolerância, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto). O centro é de 3%.

Leonardo Viecelli/Folhapress

China quer etanol brasileiro em sua produção de combustível de aviação

A pauta de aproximação comercial cada vez maior entre Brasil e China passou a envolver o uso do etanol brasileiro para a produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no país asiático.

Conforme informações obtidas pela reportagem, o assunto foi discutido em reuniões entre representantes do governo brasileiro, da China Petroleum and Chemical Industry Federation (CPCIF) e da Chimbusco (subsidiária da PetroChina). A parceria tem potencial bilionário e, na prática, coloca o etanol no centro da transição energética chinesa.

A China estabeleceu como objetivo chegar a 3% de mistura de SAF em seus voos em cinco anos e atingir 50% até 2030, o que significaria produzir 46 milhões de toneladas desse combustível, de um total de 86 milhões de toneladas consumidas por ano.

O Brasil teria papel central nessa negociação. Os chineses têm limitação de terras agrícolas para cultivo de produtos que não sejam alimentos, além de baixa disponibilidade local de etanol.

Entre as quatro alternativas técnicas estudadas pelos chineses para produção de combustíveis sustentáveis de aviação (óleo reciclado industrial e de cozinha, combustível sintético, hidrocarbonetos e etanol), a cana-de-açúcar é vista como "a mais viável" para a cooperação Brasil-China, devido ao potencial de escala e competitividade da matéria-prima nacional.

Nesta terça-feira (12), horário de Pequim, o líder Xi Jinping falou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que "a China está pronta para trabalhar com o Brasil para estabelecer um exemplo de unidade e autossuficiência entre os principais países do Sul Global". Segundo o comunicado brasileiro, eles falaram sobre Brics e oportunidades de negócios.

Xi acrescentou que "a China apoia o povo brasileiro na defesa de sua soberania nacional e apoia o Brasil na salvaguarda de seus direitos e interesses legítimos, exortando todos os países a se unirem na luta decidida contra o unilateralismo e o protecionismo". Folhapress

Setor da construção vê risco em mudanças no crédito imobiliário e prega cautela

A proposta de flexibilizar o uso de recursos da poupança e instituir um novo modelo de crédito imobiliário no país é vista com ressalvas pelo setor da construção civil, que teme a desorganização da produção e comercialização de imóveis e até mesmo um abalo no setor bancário diante de um potencial risco sistêmico.

A avaliação é que o desenho, em estudo pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não garante aos compradores taxas de juros iguais ou mais baratas que as praticadas hoje. Eventual aumento dos custos de financiamento inibiria a venda de imóveis, comprometendo as receitas das incorporadoras -que ficariam sem dinheiro para honrar empréstimos já tomados para bancar a construção das unidades.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o novo modelo de crédito habitacional prevê maior flexibilidade no uso de recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), que são uma fonte de captação mais barata para os bancos, pois a remuneração aos poupadores fica abaixo das taxas de mercado.

Hoje, os bancos recebem os depósitos na poupança e precisam direcionar pelo menos 65% dos recursos para operações de financiamento imobiliário, além de deixar 20% do valor depositado compulsoriamente no BC.

No novo modelo em estudo, não haverá direcionamento, nem depósito compulsório. O dinheiro da caderneta ficará sem carimbo, e o banco poderá usá-lo para fazer outras aplicações com rendimentos maiores, desde que tenha concedido empréstimos habitacionais em valor correspondente. Já a casa própria seria financiada com recursos de mercado, usualmente mais caros.

Para compensar parte desse custo extra, os ganhos obtidos pelas instituições com o uso flexível da poupança seriam empregados para manter juros menores no crédito habitacional, segundo técnicos que participam das discussões.

Idiana Tomazelli/Folhapress

POLÍTICA

Plano de contingência contra tarifaço será anunciado nesta quarta-feira, diz Haddad

As medidas do plano de contingência para ajudar empresas afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos serão anunciadas nesta quarta-feira (13), disse o ministro Fernando Haddad.

Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve assinar a MP nesta terça-feira (12), mas o anúncio oficial ficará para o dia seguinte, quando haverá uma entrevista coletiva com técnicos do governo para detalhar as ações.

"Ele assina hoje, mas preferiu anunciar amanhã. [As medidas vão] Na linha do que eu já disse, mas vão estar detalhados os valores, os processos. Vai ter uma entrevista coletiva dos técnicos na sequência da solenidade", afirmou após participar de audiência pública no Senado Federal. Segundo ele, o texto da MP está "100% definido".

O ministro disse que o governo vai abrir um crédito extraordinário para fornecer os recursos necessários, mas não citou valores. O montante vai ficar fora do limite de despesas do arcabouço fiscal, como ocorre habitualmente com esse tipo de crédito, mas será contabilizado dentro da meta de resultado primário, que é de déficit zero.

"É um projeto que contempla as várias demandas do setor produtivo. Nós tivemos reuniões com os setores produtivos e eu penso que, dentro dos limites estabelecidos, ele contempla particularmente nos setores afetados pelo tarifaço", disse Haddad.

Segundo ele, não há como prever agora eventual necessidade de lançar novas medidas no futuro. "Até o presente momento, a gente acha que é o necessário. Mas vamos ver o desenrolar", afirmou.

A sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros foi anunciada em 9 de julho e está entre as maiores instituídas para países que exportam aos EUA. O decreto que implementa as tarifas deixa clara a motivação mais política que econômica ao citar o nome de Jair Bolsonaro (PL) e dizer que o ex-presidente -réu no STF m processo que apura trama golpista em 2022- sofre perseguição da Justiça brasileira.

Folhapress

Aprovação da isenção do Imposto de Renda pode ficar para dezembro, afirma Lira

O deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de lei de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), o PL 1087/2025, afirmou nesta terça-feira (12) que a proposta pode ser aprovada pela Câmara em dezembro. "Dependendo das variações e sugestões de proposta, esse texto pode ficar com mais urgência ou menos urgência, com prazo de setembro ou ou prazo de dezembro", sinalizou. Ele condicionou a mudança a uma decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). "Uma coisa é uma comissão [aprovar o texto], outra é no plenário. Tenho dito isso a todos os líderes ao presidente, a quem cabe fazer a pauta e colocar [para votar]".

Segundo ele, a extensão do prazo depende da retomada do rito de votação no plenário da Câmara após a ocupação da Mesa Diretora por parlamentares bolsonaristas na semana passada e possíveis encaminhamentos para a compensação da isenção de IRPF.

"O principal problema é a forma de compensação", disse, indicando que pode haver mudanças no texto aprovado na comissão especial", disse. "A gente tem que ter um binômio entre texto e voto", observou.

Lira participou de almoço com deputados da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo) e pediu apoio deles para aprovar um texto "mais retilíneo". "Temos diferentes visões a respeito do mérito do projeto, que vamos procurar buscar com apoio dos deputados, a frentes e todos os deputados, e que a gente possa chegar a um texto mais justo, mais retilíneo", disse.

Folhapress

Atuação de Eduardo Bolsonaro no exterior põe crime militar sob discussão

A atuação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no exterior por sanções a autoridades brasileiras poderia se enquadrar em crime previsto no Código Penal Militar como "entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil", mas a aplicação dessa legislação a um civil, já solicitada em representação de parlamentares do PT, divide especialistas.

O crime está previsto no artigo 141 do código, que tipifica o ato de "entrar em entendimento com país estrangeiro, ou organização nele existente, para gerar conflito ou divergência de caráter internacional entre o Brasil e qualquer outro país, ou para lhes perturbar as relações diplomáticas". A pena é de reclusão de 4 a 8 anos.O artigo prevê o aumento de pena para 6 a 18 anos se o ato resultar em "ruptura de relações diplomáticas" ou de 10 a 24 anos, se resultar em guerra.

A atuação de Eduardo no exterior, em que o parlamentar pede sanções a autoridades brasileiras em troca de uma anistia ao seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e ao 8 de Janeiro, já é alvo de inquérito aberto em maio a pedido da PGR.

Nele, a instituição cita os crimes de coação no curso do processo, obstrução de investigação de infração penal que envolva organização criminosa e abolição violenta do Estado democrático de Direito. A representação também ressalta, no decorrer do texto, o crime de atentado à soberania nacional, previsto no Código Penal.

Advogados e professores de direito, porém, apontam desafio no enquadramento criminal de Eduardo em razão da conduta sem precedentes. O reconhecimento da situação atípica gerou um projeto de lei apresentado em 1º de agosto pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), que quer alterar o Código Penal para criar o crime de alta traição à pátria.

Já sobre o crime militar, a chance de enquadramento divide especialistas ouvidos pela Folha em razão de Eduardo Bolsonaro ser civil. A possibilidade já foi aventada em uma notícia-crime de 17 de julho feita pelo próprio Lindbergh em conjunto com o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Folhapress

AGRONEGÓCIO

Preços de café, carne e frutas têm queda no Brasil antes de tarifaço de Trump

Produtos com exportações afetadas pelo tarifaço de Donald Trump, como café, carnes, pescados e frutas, mostraram queda de preços para o consumidor brasileiro em julho, antes de a sobretaxa de 50% entrar em vigor.

É o que apontam dados do índice oficial de inflação do país, o IPCA, divulgados nesta terça-feira (12) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O órgão evitou associar a queda dos preços a eventuais reflexos da tarifa extra dos Estados Unidos, já que a medida só entrou em vigor em 6 de agosto.

O IBGE relacionou a redução de itens como alimentos à ampliação da oferta a partir de melhores condições de produção no campo.

O instituto, contudo, reconheceu que o tarifaço pode direcionar mais produtos para o mercado interno nos próximos meses, trazendo a possibilidade de novas baixas para o consumidor.

"A gente escuta o noticiário falar das frutas, dos pescados, de carne. Seria prematuro falar [de impactos no IPCA de julho] porque o efeito [da sobretaxa] começou agora. Tem de esperar para ver como o mercado vai responder, se vai conseguir escoar a produção para outro mercado externo", disse Fernando Gonçalves, gerente da pesquisa do IPCA.

"Se ficar no mercado interno, a tendência é de que tenha oferta maior, principalmente de perecíveis [...]. A tendência [assim] é de que o preço caia", completou.

Em julho, um dos destaques do IPCA foi a redução do café moído (-1,01%). Trata-se da primeira queda depois de 18 meses consecutivos de avanço.

Segundo o IBGE, o produto quase dobrou de preço nesse período de um ano e meio. A inflação acumulada foi de 99,46%.

A queda em julho, após a sequência em alta, já havia aparecido no índice prévio de inflação do instituto, o IPCA-15.

"Pode ser um efeito da maior oferta que já está chegando à prateleira", afirmou Gonçalves.

Folhapress

Lula conversa com Xi Jinping sobre retomar venda de pés de frango para a China

A conversa telefônica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve com o líder Xi Jinping incluiu uma pauta cara ao setor do agronegócio: a retomada da exportação de carne de frango e, mais detalhadamente, do corte específico de pés da ave.

Desde 17 de maio, as exportações brasileiras de frango estão impedidas de entrar em solo chinês, por causa do surto de gripe aviária no Brasil. Embora o país já tenha oficializado que está livre da gripe, cabe a cada país decidir quando e como pôr fim ao embargo. A China, que consome cerca de 11% do frango exportado pelo Brasil, ainda mantém veto nacional ao Brasil.

Tudo isso mexeu com o mercado milionário dos pés de frango, que é, na realidade, o principal corte comprado pelo gigante asiático. Os chineses, diferentemente do que ocorre no Brasil, são fãs inveterados de pé de frango, um item que é tratado como iguaria na culinária chinesa. Os números das exportações confirmam essa preferência.

Os dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) mostram que os chineses vinham comprando entre 46 mil e 52 mil toneladas de cortes de frango em geral do Brasil, por mês, movimentando uma receita de aproximadamente US$ 120 milhões, mensalmente.

Os pés de frango, porém, representaram cerca de um terço desse volume mensal, com cerca de 17 toneladas por mês. O preço do corte tem um impacto ainda maior nas vendas brasileiras, chegando a responder por até 38% da receita total de exportação de frango. Em abril, antes de eclodir a crise da gripe, os chineses gastaram US$ 48,9 milhões com pé de frango, o equivalente a mais de R$ 263 milhões.

Se for considerado que este mercado está paralisado há três meses, chega-se a um valor de R$ 790 milhões em receitas com pé de frango para a China que deixaram de ocorrer.

Folhapress

Leilão da Rota Agro, que passa por GO e MT, recebe cinco propostas

O leilão da Rota Agro, que será disputado na B3 (a Bolsa de Valores de São Paulo) nesta quinta-feira (14), recebeu cinco propostas. Participarão do certame a EPR, um consórcio da XP, a construtora VF Gomes, um consórcio formado por Way Brasil e Kinea, e a Azevedo e Travassos.

A informação foi adiantada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela reportagem.

Segundo uma pessoa familiarizada com o tema ouvida pela reportagem, a disputada irá a viva-voz, etapa em que os proponentes vão aumentando suas ofertas até chegarem ao valor final.

O certame da Rota Agro, que liga Rio Verde (GO) a Rondonópolis (MT) prevê R$ 4,42 bilhões de Capex (investimentos em obras) e R$ 2,84 bilhões em Opex (custos de operação).

O trecho possui mais de 490 km de extensão total. A concessão prevê obras como duplicações (46,65 km), faixas adicionais (150,95 km), vias marginais (11,46 km) e a construção de 4 passarelas para pedestres. Além disso, haverá 30 pontos de parada para transporte coletivo, 21 passagens de fauna, seis barreiras acústicas e três caixas para contenção de produtos perigosos.

Segundo a ANTT, haverá cinco praças de pedágio, localizadas nos municípios de Jataí (GO) -cidade que terá duas praças-, Portelândia (GO), Alto Garças (MT) e Pedra Preta (MT).

Na modelagem adotada nos leilões atuais, os interessados dão lances de desconto em relação à tarifa básica de pedágio, e o pagamento de aporte (caução) é necessário somente quando o corte na tarifa prometido é superior a 18%.

Depois desse patamar há a incidência de aporte de recursos, que vai inteiramente para a conta da concessão e é utilizado, por exemplo, na execução de obras não previstas.

A gestão Lula pretende realizar uma série de leilões de rodovias federais até o fim de 2025. Serão dez no total -quatro a mais do que nos primeiros sete meses do ano.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

RCB Investimentos S.A.

CNPJ nº 08.823.301/0001-27 - NIRE 35.300.341.856

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de julho de 2025

Data, Horário e Local: Em 24/07/2025, às 15hs, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa: Presidente:** Danilo Biraghi Letaif; **Secretário:** Walter Lemann Cahen. **Deliberações aprovadas: 5.1. Aprovado** o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 7 do Estatuto Social da Companhia, no montante de R$8.580,00 , passando o capital social de R$ 13.812.037,89 para R$ 13.820.617,89, mediante a emissão de 8.580 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia ("Ações Preferenciais"). As novas Ações Preferenciais são emitidas com diluição dos atuais acionistas, nos termos do artigo 171, §3º da Lei no 6.404/76 e do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano SOP"), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06/05/2020. 5.1.1. As novas ações preferenciais são emitidas em 2 tranches, refletindo os Instrumentos Particulares de Opção de Compra de Ações ("Contrato de SOP"), celebrados em 01/09/2023 e em 19/11/2024, entre a Companhia e os subscritores constantes nos Boletins de Subscrição. **5.2.** Nova redação do Estatuto Social: *"**Artigo 6º.** O Capital Social é de R$ 13.820.617,89, dividido em: a) 2.617.962 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. b) 10.265 ações preferenciais, nominativas e escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. §1º – Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações."* **5.3. Aprovado** em decorrência da alteração do Artigo 6º prevista acima no item 5.2., a **consolidação** do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 24/07/2025. JUCESP nº 263.561/25-2 em 05/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Ata de Aprovação do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2025

Data, Hora e Local: 18/06/2025, em fórum exclusivamente virtual, foi realizada a reunião do Conselho de Administração da **Estok Comércio e Representações S.A.** ("**Companhia**"), nos termos do "Capítulo IV – Seção II – Subseção II – Reuniões" do Estatuto Social da Companhia ("**Estatuto Social**"). **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Conselho:** Presidente: Marcelo Rodrigues Marques; Secretária: Beatriz Braga Orsolon. **Ordem do Dia: (i)** a transferência da sede da filial inscrita no CNPJ nº 49.732.175/0110-36, na Avenida Acesso Rodoviário, s/nº, Quadra 11, Módulos 01, 02 e 03, Quadra 12, Módulo 01, Galpões 05, 06, 07, 08 e 09, Sala 03, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES **para** Avenida Acesso Rodoviário, s/nº, Quadra 11, Módulos 01, 02 e 03, Quadra 12, Módulo 01, Galpões 05, 06, 07, 08 e 09, Sala 146, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES; e **(ii)** a abertura de uma nova filial localizada à Cidade de Cajamar-SP, Rua Vereador Reinaldo Leal de Souza, nº 1.140, Galpão G300, Sala 03, Roseira. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram: **(i)** a transferência do endereço da sede da filial inscrita no CNPJ nº 49.732.175/0110-36, na Avenida Acesso Rodoviário, s/nº, Quadra 11, Módulos 01, 02 e 03, Quadra 12, Módulo 01, Galpões 05, 06, 07, 08 e 09, Sala 03, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES **para** Avenida Acesso Rodoviário, s/nº, Quadra 11, Módulos 01, 02 e 03, Quadra 12, Módulo 01, Galpões 05, 06, 07, 08 e 09, Sala 146, Terminal Intermodal da Serra, Serra-ES; e **(ii)** a abertura de uma nova filial localizada à Cidade de Cajamar-SP, Rua Vereador Reinaldo Leal de Souza, nº 1.140, Galpão G300, Sala 03, Roseira. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada e lida a presente ata, que foi aprovada e assinada. Conselheiros presentes: Sr. Marcelo Rodrigues Marques; Sr. Mário Carlos Fernandes Filho; e Sr. Alvaro Taiar Jr. São Paulo, 18/06/2025. Marcelo Rodrigues Marques – **Presidente**; Beatriz Braga Orsolon – **Secretária**. JUCESP – Registro sob o nº 268.355/25-3 e NIRE 35.906.887.681 em 06/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Ewally Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia") que será realizada **às 9h30min do dia 21 de agosto 2025, em primeira convocação, e às 9h30min do dia 27 de agosto de 2025, em segunda convocação, de modo presencial, na sede da Companhia**, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(ii)** a ausência de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, dada a ausência de lucro apurado. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a ratificação da aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em razão da não observância, pela Companhia, da antecedência mínima para publicação das demonstrações financeiras, conforme disposto pelo Artigo 133, §3º da Lei das S.A.; **(ii)** a aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. **Samuel John James** ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** (a) a eleição, sujeita à homologação pelo Banco Central do Brasil, do Sr. **Aydes Batista Marques Junior**, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e do Sr. **Bruno Alexandre Cruz**, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia, (b) a ratificação da eleição, sujeita à homologação pelo Banco Central do Brasil, do Sr. **Joamir Parmejani Bisterzo** para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia, e (c) a unificação do prazo de mandato de todos os conselheiros até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada em 2026; e **(iv)** a aprovação da implementação de um plano de retenção para funcionários da Companhia. São Paulo/SP, 11 de agosto de 2025. **Joamir Parmejani Bisterzo -** Diretor Presidente. (12, 13, 14/08/2025)

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,5657
Dólar (EUA) - 5,4052
Franco (Suíça) - 6,6896
Iene (Japão) - 0,03657
Libra (Inglaterra) - 7,3003
Peso (Argentina) - 0,004106
Peso (Chile) - 0,005631
Peso (México) - 0,2912
Peso (Uruguai) - 0,135
Yuan (China) - 0,753
Rublo (Rússia) - 0,06787
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3095

BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/ME nº 34.337.707/0001-00 – NIRE 35.300.539.117

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025

Data/hora/local: Em 30/04/2025, às 14h30, na sede social. **Convocação e Quórum:** Dispensada a convocação. A presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Benitez; Secretária: Flavia Santana De Almeida Massini. **Deliberações aprovadas: 1.** As Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31/12/2024. Informado que o resultado do exercício apresentou um lucro de R$ 112.293.206,89. Foi aprovada a seguinte destinação, conforme o Estatuto Social: **(i)** pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 28.073.301,75 na proporção da participação de cada acionista no capital social, na razão de R$ 4,01 por ação do capital social. **(ii)** constituição da Reserva Especial de Lucros - Outras com o saldo remanescente no valor de R$ 84.219.905,17, que ficarão à disposição da assembleia para futuras destinações; **(iii)** Re-ratificação da distribuição de lucros durante o ano de 2024 no valor de R$ 68.052.778,23 **2. Aprovada** a reeleição para os cargos: (i) **Carlos Eduardo Benitez,** brasileiro, empresário, para **Diretor Presidente;** Sr. **Carlos Alberto Domingues,** brasileiro, advogado, para Diretor; Srª. **Flavia Santana de Almeida Massini,** brasileira, advogada, para Diretora, com prazo de mandato até a AGO/2028. *O eleito e reeleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis*. Os atuais Diretores, permanecerão nos cargos até a homologação da nova diretoria pelo Banco Central do Brasil e, eleitos e reeleitos somente tomarão posse no cargo para após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. Nada mais. São Paulo (SP), 30/04/2025. JUCESP nº 241.843/25-0 em 04/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 – NIRE 35.300.557.352

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2025

Data, Hora e Local: 11/07/2025, às 07:00 horas, por meio de participação remota – Plataforma Teams. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades para convocação em razão a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Julio Cezar Troiano Zogbi, Presidente do Conselho de Administração; Lucas Bittencourt Lacreta; e Fábio Bonini Tararam ("Conselho"). **Mesa: Presidente**: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi; **Secretária**: Sra. Manuela Rego Duran. **Deliberações:** Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário (art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 – "LSA"). Os Conselheiros de Administração decidem: **(I) Aprovar a contratação pela do escritório Dutra e Associados Advocacia S/S para prestar serviços advocatícios.** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a celebração de contrato de honorários advocatícios pela Companhia, Concessionária Rota Dourada S.A., Concessionária Bahia Norte S.A. e Concessionária Litoral Norte S.A., com o escritório Dutra e Associados Advocacia S/A, em quantia superior a 2 milhões de reais, para prestação de serviços advocatícios, nas esferas administrativa e judicial. **(II) Autorização à Diretoria da Companhia e das controladas, relativa às deliberações tomadas na presente Reunião.** Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das controladas pratiquem todos os atos necessários à implementação das decisões acima. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. São Paulo/SP, 11/07/2025. Manuela Rego Duran – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 268.556/25-8 em 07/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

B28 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 24.081.780/0001-00 - NIRE 35.300.488.23-7

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2025

Data, Hora e Local: Em 30/07/2025, às 10hs, na sede. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia. **Mesa**: Presidente – Sr. Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista; e Secretário – Sr. Raphael Baptista Netto. **Deliberações aprovadas**: **(1)** aprovar a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de notas comerciais escriturais, em série única, no valor total de até R$ 440.000.000,00 ("Emissão" e "Notas Comerciais Escriturais", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Pública"), nos termos e condições a serem acordados no "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da B28 Empreendimentos Imobiliários S.A." ("Termo de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), a Partage Empreendimentos e Participações S.A., CNPJ/MF nº 01.987.230/0001-59 ("Partage") e a Triage Empreendimentos e Participações S.A., CNPJ/MF nº 09.607.519/0001-07 ("Triage" e, em conjunto com a Partage, as "Avalistas"): **(a)** sobre o Valor Nominal Unitário (conforme definido no Termo de Emissão) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) de até 1,75% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"); **(b)** as Notas Comerciais Escriturais terão o prazo e a data de vencimento definidos no Termo de Emissão; e **(c)** as Notas Comerciais Escriturais contarão com garantias fidejussórias, na forma de aval, a serem prestadas pelas Avalistas;. **2.** Fica a diretoria autorizada a praticar todos os atos necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia. Nada mais. São Paulo, 30/07/2025. JUCESP nº 274.645/25-7 em 11/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GERAÇÃO BIOELETRICIDADE SANTA CÂNDIDA I S.A.

CNPJ nº 12.990.881/0001-14 - NIRE 35.300.418.522

AVISO AOS ACIONISTAS - GRUPAMENTO DE AÇÕES

GERAÇÃO BIOELETRICIDADE SANTA CÂNDIDA I S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Bocaina, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Cândida, s/nº, km 129, Térreo, Área 55, Área Rural de Bocaina, CEP 17.249-899, inscrita no CNPJ sob o nº 12.990.881/0001-14, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.300.418.522 ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que: A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada, em primeira convocação, em 07 de agosto de 2025 ("AGE Grupamento de Ações"), aprovou, dentre outras matérias, o grupamento da totalidade das 26.614.619 (vinte e seis milhões, seiscentas e quatorze mil, seiscentas e dezenove) ações representativas do capital social da Companhia, pelo fator de grupamento de 100.000 (cem mil) ações para 1 (uma) ação (100.000:1), sem a modificação do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") ("Grupamento de Ações"). As principais características e impactos do Grupamento de Ações estão devidamente descritos nos itens a seguir: **1. Fator de Grupamento:** O fator de grupamento estabelecido, de 100.000 (cem mil) ações para formar 01 (uma) ação (100.000:1), conforme aprovado pelos acionistas presentes no item 6.2 e subitens da AGE Grupamento de Ações. **2. Tratamento das Frações de Ações:** Foi concedido um prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste Aviso aos Acionistas para que os acionistas da Companhia possam ajustar suas respectivas posições acionárias, de forma que àqueles acionistas cujas participações não sejam suficientes para formar ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações, seja assegurada a possibilidade de manifestar sua vontade em permanecer no quadro acionário da Companhia após o Grupamento de Ações, seja por meio da aquisição de tantas frações de ações quantas forem necessárias para a recomposição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia após o Grupamento de Ações, ou mediante a formação e instituição de condomínio de ações com outros acionistas, para que estes acionistas permaneçam na Companhia ("Prazo de Ajuste de Posições Acionárias"). Durante o Prazo de Ajuste de Posições Acionárias, a administração da Companhia poderá se engajar no auxílio aos acionistas que manifestarem seu desejo de permanecer na Companhia com ao menos 1 (uma) ação após o Grupamento de Ações, inclusive, se necessário, mediante a alienação de frações de ação detidas pelo acionista controlador da Companhia. Para esse fim, os acionistas que desejarem permanecer no quadro acionário da Companhia deverão entrar em contato com a Secretaria de Governança do grupo econômico a que pertence a Companhia, por meio do *e-mail* secretariadegovernanca@raizen.com, dentro do Prazo de Ajuste de Posições Acionárias. Findo o Prazo de Ajuste de Posições Acionárias, a administração da Companhia envidará esforços para buscar 1 (um) ou mais potenciais compradores para as frações de ações resultantes do Grupamento de Ações, que serão agrupadas em números inteiros de ações e vendidas, com os recursos resultantes das vendas sendo revertidos aos respectivos titulares das frações. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o Grupamento de Ações não resulta na modificação do valor total do capital social ou nos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. **3. Alteração do Estatuto Social da Companhia:** Caso, após o Prazo de Ajuste de Posições Acionárias, ainda haja acionistas da Companhia detentores de frações de ações resultantes do Grupamento de Ações, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária para aprovar a recompra das frações de ações pela Companhia, nos termos previstos no item 2 acima, a homologação do Grupamento de Ações e a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações efetivadas na composição do quadro societário da Companhia.

Bocaina/SP, 12 de agosto de 2025
FREDERICO BARBOSA SALIBA
Diretor Presidente

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4046 / R$ 5,4052 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,3852 / R$ 5,3872 *
Turismo - R$ 5,4221 / R$ 5,6021
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,02%

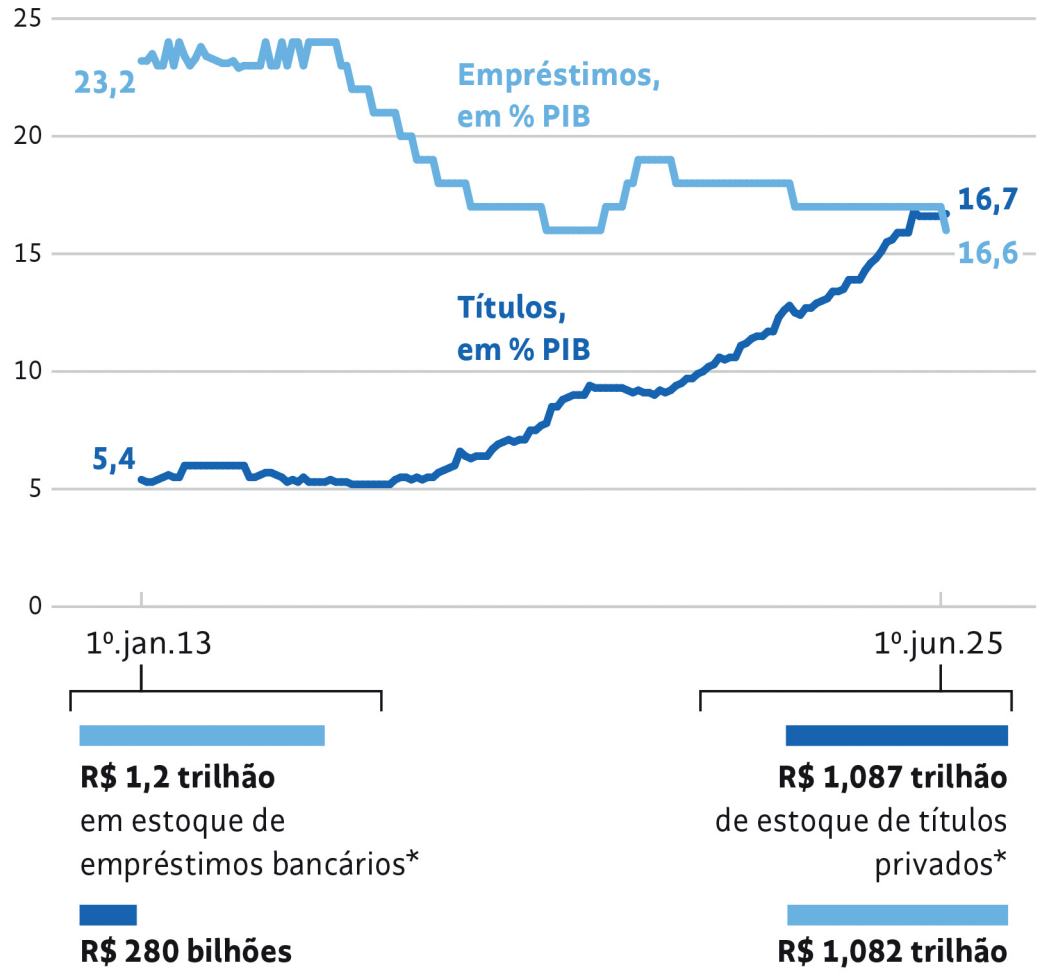
BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,69%
Pontos: 137.913
Volume financeiro: R$ 24,121 bilhões
Maiores altas: BTG Pactual UNT (13,12%), Sabesp ON (10,61%), Assai ON (7,18%)
Maiores baixas: Natura ON (-7,98%), TIM ON (-2,43%), Minerva ON (-1,79%)
S&P 500 (Nova York): 1,13%
Dow Jones (Nova York): 1,1%
Nasdaq (Nova York): 1,39%
CAC 40 (Paris): 0,71%
Dax 30 (Frankfurt): -0,23%
Financial 100 (Londres): 0,2%
Nikkei 225 (Tóquio): 2,15%
Hang Seng (Hong Kong): 0,25%
Shanghai Composite (Xangai): 0,5%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,52%
Merval (Buenos Aires): 0,37%
IPC (México): 0,57%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%
Agosto 2024: -0,02%
Setembro 2024: 0,44%
Outubro 2024: 0,56%
Novembro 2024: 0,39%
Dezembro 2024: 0,52%
Janeiro 2025: 0,16%
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%

GRÁFICOS INFORMATIVOS

Relação entre estoques de financiamento bancário e de emissão de título privado

Em % PIB (Produto Interno Bruto)

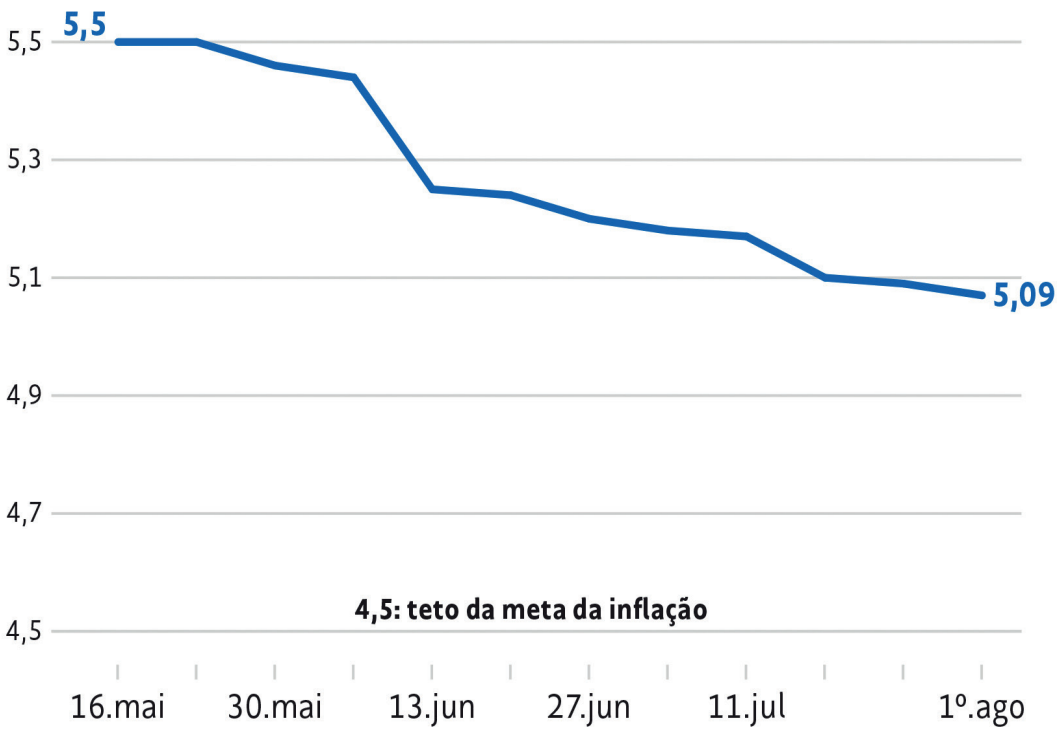


* Valores a preços constantes

Fonte: BCB/Rio Bravo

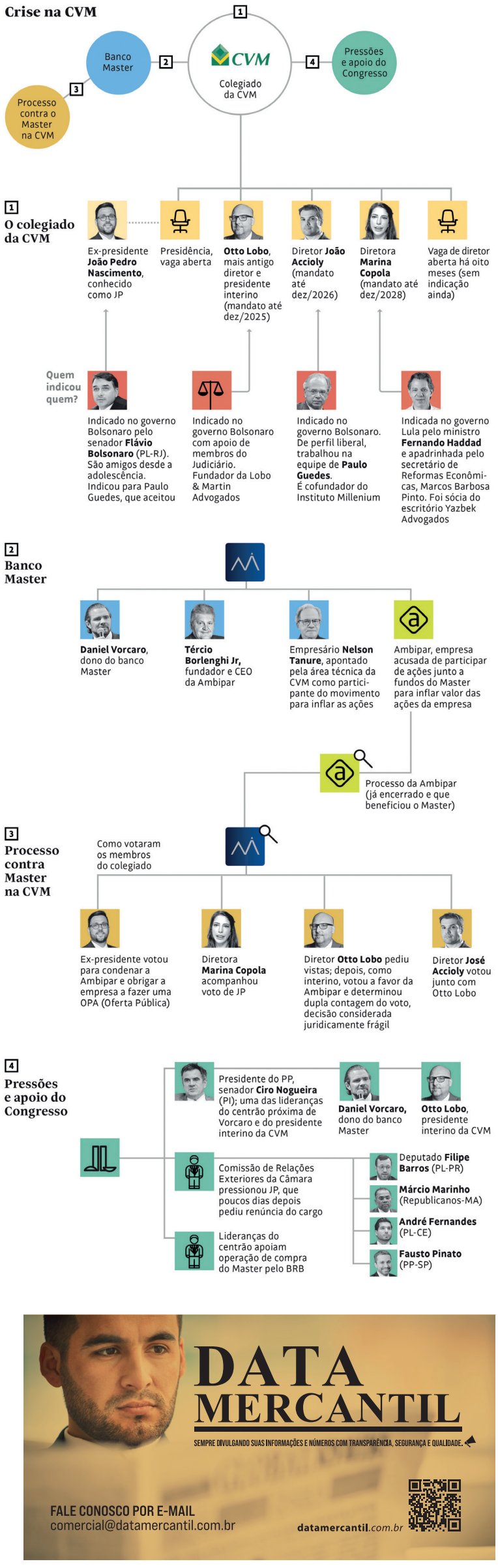
Projeção do mercado financeiro para o IPCA em 2025

Mediana das estimativas, em %



Fonte: Boletim Focus/BC

Crise na CVM



NEGÓCIOS

Caroço do açaí vira fonte de energia para produção de cimento, uma das indústrias mais poluentes

O Brasil produz quase 1,7 milhão de toneladas de açaí por ano, sendo o Pará responsável por mais de 90% desse cultivo. Mas, do total, menos de 20% vira polpa, matéria-prima de sucos, vitaminas e sorvetes. O restante é caroço, que até há pouco tempo era descartado, gerando sérios impactos ambientais para as regiões produtoras.

Agora, com exigências internacionais cada vez maiores em torno da destinação dos resíduos, outros caminhos surgiram para o caroço da fruta, que não lixões, rios ou calçadas. Um deles são os fornos industriais, onde o caroço atua como substituto do carvão mineral e do petróleo, os combustíveis mais poluentes usados por fábricas de vários setores.

A Votorantim Cimentos é uma das multinacionais com plantas no Pará que usam o caroço do açaí como combustível. Além dela, Hydro e Solar Coca-Cola também exploram aplicações energéticas da fruta.

O caroço do açaí tem grande poder calorífico, como é chamada a energia liberada durante a combustão completa de uma massa ou combustível. Esse número, calculado a partir de quilocalorias por quilograma, é cerca de três vezes menor do que o do coque de petróleo ou duas vezes menor do que o do carvão mineral, mas grandes volumes podem compensar a diferença -o caroço do açaí é mais barato que seus competidores fósseis.

A Votorantim, por exemplo, consome por ano em sua unidade na cidade de Primavera, no Pará, 48 mil toneladas de caroço de açaí para aquecer o gerador de gás quente, responsável por diminuir a umidade do calcário extraído próximo à fábrica -o calcário é quase 90% da composição de um cimento. A prática permite à empresa consumir menos carvão mineral e coque de petróleo e, consequentemente, diminuir suas emissões de carbono.

O setor de cimentos é muito poluente. De acordo com dados do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa), o setor emitiu em 2023 14,4 milhões de toneladas de CO2eq (dióxido de carbono equivalente) na atmosfera, quase 1% de todas as emissões do Brasil e 20% das emissões da indústria pesada brasileira. Folhapress

App de delivery de comida da 99 começa a funcionar na capital e região metropolitana de SP

O serviço de delivery 99Food começou a funcionar em toda a cidade de São Paulo, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André, Barueri, Diadema e São Caetano desde as 10h desta terça-feira, 12. Os pedidos são realizados pelo mesmo aplicativo utilizado para solicitar carros e motocicletas para transporte e entregas, com o nome de 99.

Nesta estreia em SP, a 99Food anunciou que novos clientes terão R$ 99 em 5 cupons de desconto, além de entrega grátis. Já os entregadores receberão R$ 400 por dia ao completar 15 entregas durante o primeiro mês de aplicativo ativo. Para quem completar 20 entregas, sendo pelo menos 5 de comida, serão R$ 250. Por fim, restaurantes estão isentos de taxa durante os primeiros 12 meses no app, conforme a empresa havia anunciado anteriormente.

Diretor de comunicação da empresa, Bruno Rossini afirma que o aplicativo ainda está em testes, para resolver possíveis falhas identificadas após este lançamento. Até agora, ele só estava ativo na cidade de Goiânia, onde seu funcionamento iniciou em junho.

A partir do dia 18 ou 19 de agosto, a empresa iniciará uma campanha publicitária para ampliar os acessos ao aplicativo em SP.

A empresa promete peças publicitárias agressivas, focando em seus concorrentes, sobretudo no iFood. Em uma primeira ação, projeções exibidas em São Paulo no último domingo, 10, mostravam um "taxômetro" com a quantia em taxas gasta por consumidores e restaurantes em um dia na cidade: R$ 62,,7 milhões.

É importante destacar que o 99 zerou taxas dos restaurantes apenas durante um prazo de dois anos após eles ingressarem na plataforma. No entanto, segundo o diretor-geral da empresa, Simeng Wang, a aposta a frente é ter articulado uma base de parceiros grande o suficiente para poder lucrar com a escala, ao invés de ter uma margem grande por estabelecimento.

IstoÉDinheiro

Ultrafarma e Fast Shop contrataram 'assessoria criminosa' de fiscal da Fazenda, diz MP

A evolução patrimonial da empresa Smart Tax, registrada em nome da mãe do auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, arrastou gigantes do comércio varejista, entre elas a Ultrafarma e a Fast Shop, ao centro de uma esquema de corrupção para recuperação de créditos tributários. Nesta terça-feira, 12, o fiscal e executivos das empresas, Sidney Oliveira (Ultrafarma) e Mário Otávio Gomes (Fast Shop), foram presos temporariamente na Operação Ícaro, a primeira etapa ostensiva da investigação, que mira agora outros grupos varejistas suspeitos.

Em nota, a Fast Shop informou que ainda não teve acesso à investigação e que está colaborando com as autoridades competentes. A Ultrafarma ainda não se manifestou.

A quebra de sigilo bancário e fiscal da Smart Tax foi o ponto de partida da investigação. A empresa de consultoria tributária está registrada em nome de Kimio Mizukami da Silva, de 73 anos, professora aposentada da rede pública. Em 2021, ela declarou R$ 411 mil no Imposto de Renda. O patrimônio saltou para R$ 46 milhões em 2022 e para R$ 2 bilhões em 2024, em decorrência dos rendimentos da empresa.

O aumento patrimonial vertiginoso chamou a atenção do Ministério Público de São Paulo. A empresa está registrada no endereço residencial do fiscal, em Ribeirão Pires, no ABC paulista, e não tem funcionários cadastrados. Kimio não tem qualquer experiência em consultoria tributária. Além disso, desde que foi constituída, em 2021, a empresa teve uma única cliente: a Fast Shop. O executivo Mário Otávio Gomes, diretor estatutário da Fast Shop, foi preso nesta terça.

Para o Ministério Público, trata-se de uma empresa de fachada criada exclusivamente para operacionalizar o repasse de propinas ao auditor fiscal. Artur é apontado como o "cérebro" do suposto esquema de corrupção. Segundo a investigação, ele prestou uma "verdadeira assessoria tributária criminosa".

IstoÉDinheiro